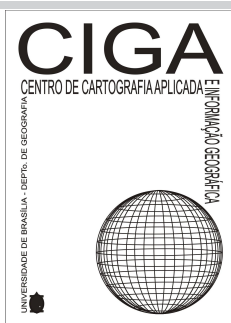


O BANCO É BRANCO, O DINHEIRO É NEGRO: GEOPOLÍTICA BRASILEIRA DO FINANCIAMENTO DO BNDES PARA ODEBRECHT EM ANGOLA

Fernanda Lira Goes

p. 72-95

revista



T - T - T

Revista Eletrônica:
Tempo - Técnica - Território,
V.6, N.2 (2015), 72:95
ISSN: 2177-4366

Como citar este artigo:

LIRA, F, G. *O Banco e Branco o Dinheiro e Negro: Geopolítica Brasileira do Financiamento do ODEBRECHT em Angola*

Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.6, n.2 (2015), p.

72:95 ISSN: 2177-4366.

Disponível em:

<http://periodicos.unb.br/index.php/ciga/issue/view/1359/showToc>

Este obra está licenciado com uma Licença Creative Commons

Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

O BANCO É BRANCO, O DINHEIRO É NEGRO: GEOPOLÍTICA BRASILEIRA DO FINANCIAMENTO DO BNDES PARA ODEBRECHT EM ANGOLA

Fernanda Lira Goes

Técnica de Planejamento e Pesquisa no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Mestra pelo Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB).

E-mail: liragoes@yahoo.com

RESUMO: Enquanto vivemos em um país segregado pelo racismo, entendo por premissa ampliar e aprofundar os debates sobre as desigualdades resultantes da discriminação e do preconceito racial. O tema deste trabalho propõe-se a criticar o território do dinheiro, como consequência da intervenção da geopolítica brasileira por meio do estímulo de um banco público às ações da grande empresa com fins de acúmulo de capital. O objetivo pressupõe analisar as relações de poder vinculadas à geopolítica brasileira do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para Odebrecht em Angola. Para tanto, as análises se estabelecem em três escalas. A primeira, cujo método de reflexão está posto em Franz Fanon, por meio da percepção de que sem uma transformação, o sistema de colonização, de dominação, de subordinação permanece por meio de uma substituição de elites que negociam a exploração da natureza, e, portanto, das pessoas, por interesses imputados ao território. Torna-se estratégico estar em posição de liderança na reconstrução de países destruídos por conflitos, como guerras civis, somente naqueles que há benefícios estratégicos, petróleo, gás, minérios. Em Milton Santos, o método considera o território usado, o território do dinheiro, da globalização perversa, como categorias de análise nas quais a experiência de opressão e racismo vividos pelo sujeito é, sim, o problema importante no pensamento da disputa de poder. A segunda, a política externa africanista executou uma reprodução de geopolítica do Brasil para África, especialmente em Angola. Por meio da substituição de uma elite colonizadora por outra dominadora, há uma continuidade da exploração da natureza em benefício de um grupo específico. Se os períodos de afastamento entre Brasil e África fortaleceram o discurso racista referente ao continente, a reaproximação após 2003 reproduziu a política externa tradicionalmente executada por nações colonizadoras vindas do hemisfério Norte. A

terceira, sobre o financiamento do BNDES como mecanismo para a internacionalização de empresas brasileiras, proeminentemente nos países do Sul, especialmente em África, apoiada na manutenção de uma política estratégica de fortalecimento de determinados grupos empresariais e na ausência de transparência de informações. O modelo de exploração no Brasil e do Brasil para África é o mesmo usado pelos colonizadores brancos na exploração dos ciclos econômicos e no processo contemporâneo de industrialização. O acúmulo de capital no Brasil em mais de quinhentos anos é realizado pelo trabalho do povo negro, entretanto, o acesso a esse dinheiro negro parte do poder decisório de uma elite branca. No período de 2003 a 2015, a Odebrecht concentrou aportes de crédito do BNDES para obras e serviços em países da América do Sul e África. Angola foi o país que mais acessou o financiamento. Nas minhas considerações finais, aponto que o dinheiro ideológico mantido pelo racismo reproduz a exploração de um povo negro por uma elite branca com uso do dinheiro público em prol de interesses privados. No ensejo da política externa africanista, o país reproduz o lugar de colonizador ao explorar a natureza em África. Assim, quando o BNDES concentra o financiamento na Odebrecht, o Brasil assume a disputa pelo poder em Angola. Recomendo, então, a inclusão do posicionamento de resistência negra na política externa, a ampliação no acesso ao financiamento do BNDES, com o uso de políticas de transparência.

Palavras-Chave: 1.Geopolítica brasileira 2. Racismo 3. Financiamento do BNDES 4. Odebrecht em Angola

ABSTRACT: Living in a racial segregated country, I understand the premise to enlarge and to deepen those debates about inequalities resulted of racial prejudice and discrimination. This paper theme is a proposition to criticize territory of money as consequence of Brazilian geopolitical intervention thru public bank fomentation to large companies interested in accumulation of capital. The objective presupposes to analyses relations of power linked to Brazilian geopolitical of the Brazilian Development Bank (BNDES) financing to Odebrecht in Angola. Therefore, analyses are established in three scales. The first one, which reflection method is based in Franz Fanon, through perception that without a transformation, the system of colonization, domination, subordination, remains on substitution of elites, who negotiate exploration of the nature and local people by interests imputed to the territory. It becomes strategic to be in the place of leadership in the reconstruction of states destroyed by armed conflicts as civil wars, but only in those that have strategic benefits as petroleum, gas, and ores. In Milton

Santos, the method considers territory of uses, territory of money and perverse globalization as categories of analyses in which the experiences of oppression and racism lived by one is an important problem for thinking dispute of power. The second one, Brazilian foreign policy to Africa, here conceptualized as Africanist foreign policy, reproduced a commonly used geopolitical, this time from Brazil to Africa, mainly Angola. Based on the substitution of one colonized elite to another dominated one, there's a continuity of nature exploration in other to the benefit of an specific group. As the period of Brazilian foreign policy distance to Africa strengthen racial talks to that continent, the rapprochement since 2003 reproduced the same foreign policy executed by colonialists nations of the North. The third one, about BNDES financing as instrument to internationalization of Brazilian large companies, mainly working in the South region, like countries of Africa, based on continuing strategic policy to enforce some groups of enterprises and based on the absence of transparency and available information. The model of exploration in Brazil and from Brazil to Africa is the same used by white colonizers during Brazilian economic cycles of resources explorations like sugar, coffee, and gold and at the recent Brazilian industrialization. For more than five hundred years, Brazilian accumulation of capital has been the result of black people work however; the access of this money comes from a while elite. From 2003 to 2015, Odebrecht concentrated BNDES credit financing to services and construction in South America, Central America and Africa. Angola was the country that mostly accessed the Brazilian Nacional Bank financing. In my finals considerations I point out that ideological money maintained by racism reproduces exploration of black people, by a white elite with public money concerning private interesting. Inside Africanist foreign policy, Brazil reproduces the place of colonialist that explores African nature. Therefore, when the Brazilian National Bank concentrates financing to Odebrecht, Brazil takes the disputes in Angola. I recommend the inclusion of black movement positions to Africanist foreign policy, the enlargement to access of BNDES financing and transparency policies.

Key Words: Brazilian Geopolitical 2. Racism 3. The Brazilian Development Bank Financing 4. Odebrecht at Angola]

RÉSUMÉ : Habitant dans un pays teinté de ségrégation raciale, je comprends l'importance d'agrandir et d'approfondir les débats sur les inégalités entraînées par des préjugés raciaux et par la discrimination.

Le sujet de ce travail est une invitation à critiquer le 'territoire de l'argent' qui est une conséquence de l'intervention géopolitique brésilienne à travers la fomentation par la banque publique des grandes entreprises intéressées par l'accumulation du capital.

L'objectif suppose d'analyser les rapports de force, liés à géopolitique brésilienne, de la Banque Brésilienne de Développement (BNDES) à l'organisation Odebrecht en Angola. Par conséquent, les analyses sont établies dans trois échelles.

La première échelle proposée est une réflexion reprenant la théorie de Franz Fanon, selon laquelle sans transformation, le système de la colonisation, de domination, de subordination, reste sur la substitution des élites, qui négocient l'exploitation de la nature et les populations locales pour des intérêts imputés à leur territoire. Il devient alors stratégique d'être en position de leadership dans la reconstruction des états détruits par les conflits armés, par les guerres civiles, mais seulement pour ceux qui ont des avantages stratégiques comme le pétrole, le gaz et des minerais. Selon Milton Santos, la méthode d'analyse considère le territoire visé, le territoire de l'argent et celui de la mondialisation perverse comme catégories d'analyses, dans lesquelles les expériences de l'oppression et du racisme vécu par chacun sont un problème important dans la dispute du pouvoir.

La seconde échelle d'analyse est celle de la politique étrangère brésilienne en Afrique, ici conceptualisée comme la politique étrangère africaniste, terme couramment utilisé en géopolitique, cette fois du Brésil à l'Afrique, principalement en Angola. Basée sur la substitution d'une élite colonisée par un autre groupe dominant, il existe une continuité de l'exploitation de la nature par un groupe déterminé au profit des autres.

La troisième et dernière échelle d'analyse concerne le financement par la banque BNDES des grandes entreprises brésiennes, travaillant principalement dans la région du Sud, pour exemple les pays de l'Afrique, comme outil d'internationalisation renforçant les politiques stratégiques de certains groupes d'entreprises et fondé sur l'absence de transparence et d'information disponible. Le modèle d'exploitation au Brésil et du Brésil vers l'Afrique est le même que celui utilisé par les colonisateurs blancs au cours des cycles économiques brésiliens d'exploration des ressources tels que le sucre, le café, et de l'or et également lors de la récente industrialisation brésilienne. Depuis plus de cinq cents ans, l'accumulation du capital brésilien a été le résultat du travail de la population noire, cependant l'accès à cet argent reste à une élite blanche. De 2003 à 2015, l'organisation Odebrecht a concentré ses financements provenant de BNDES à des finalités de services et pour de la construction en Amérique du Sud, en Amérique centrale et en Afrique. L'Angola a été le pays qui a le plus bénéficié de ce financement de la part de la Banque nationale brésilienne.

C'est pour cela que dans mes conclusions, je souligne que l'idéologie monétaire est maintenue par le racisme qui reproduit l'exploitation des Noirs par une élite blanche avec de l'argent public dans le but d'intérêts privés.

Au travers de sa politique étrangère africaniste, le Brésil reprend la place du colonialiste qui exploite la nature africaine. Par conséquent, lorsque la Banque nationale brésilienne maintient ses financements à l'organisation Odebrecht, le Brésil prend part aux conflits en Angola.

Je recommande l'intégration des propositions issues des mouvements noirs à la politique étrangère africaniste, l'élargissement de l'accès aux financements de la BNDES et la mise en place de politique de transparence de l'information.

Mots-Clés : 1.La géopolitique du Brésil 2.Racisme 3.Financement de la Banque de Développement du Brésil 4.Odebrecht en Angola

INTRODUÇÃO

As ideias presentes neste artigo foram inauguradas em dissertação de mestrado defendida no departamento de Geografia na Universidade de Brasília (UnB) e, posteriormente, apresentadas em artigo no XVIII Encontro Nacional de Geografia (ENG). Durante uma viagem a trabalho para Angola em 2010 me deparei com uma entrada privilegiada com status de Estado para Odebrecht no aeroporto de Angola. A observação me levou a questionar as possibilidades que a empresa baiana havia estabelecido para receber aquele tratamento. Minha primeira conclusão foi que a Odebrecht era uma empresa brasileira privilegiada em Angola. Em seguida, quis saber quais eram os mecanismos que facilitavam a atuação da empreiteira no território angolano. Identifiquei que o processo histórico permitiu aproximação entre a empresa e o governo angolano, afinal a Odebrecht estava em Angola ao tempo das lutas de libertação da colonização portuguesa, durante a eclosão do conflito em uma guerra civil; e permaneceu no país até os dias de hoje, com sede em Luanda. A segunda, a Odebrecht era uma grande empresa brasileira com apoio para internacionalização. Um dos mecanismos de crédito era disponibilizado pelo financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Este trabalho está dividido em três análises. Na primeira, compartilho a metodologia e o método de pesquisa. O processo empírico está pautado na perspectiva de que o sujeito da realidade observada é o sujeito pesquisador. Em Franz Fanon, toda a pesquisa está posta na percepção de que há um desdobramento do racismo quando há limites ao método e a metodologia. Deste modo, a própria linguagem aferida tem como essência se afastar da norma e do padrão estabelecidos pelas regras do português culto e propor alternativa a manifestação da escrita, sem desacreditar as outras possibilidades de linguagem, com ensejo tão somente de aceitar a diversidade. Um meio de afirmar a

existência da norma culta como norma branca de um grupo da elite que estabeleceu um padrão, esta versão representa outra voz. Como a sociedade brasileira é constituída a partir da disputa de poder entre o colonizador branco e o colonizado negro, a configuração social e, portanto, política confere um racismo estrutural nas diversas instancias das relações de poder. Fanon cumpre a leitura de que uma elite negra ao se colocar a disposição do colonizador, da elite branca, permite a manutenção do racismo diante da inveja do colonizado. Em contraposição, realizar a transformação é o processo revolucionário. Em Milton Santos estão postas as referências geopolíticas nos conceitos de poder, território usado, dinheiro, território do dinheiro, globalização.

Na segunda etapa, faz-se um panorama da política externa brasileira para África, a política externa africanista, do período de mais de uma década de 2002 a 2015. A insistência é de que após o governo de Cardoso, os anos do mandato Lula intensificaram a aproximação do Brasil com o continente, especialmente com Angola, um pensamento mais consensual, *grosso modo*, entre interessados pelo tema. Entretanto, o discurso de cooperação Sul-Sul, sem condicionalidades, por uma construção mais equânime de desenvolvimento com crescimento inclusivo foi defendido com as mesmas formas que se alinham a violência do colonizador contra o colonizado. O Brasil que se aproxima de África é o Brasil apropriado por uma elite, pelo dominador, com objetivos explícitos no grande lucro e na exploração da natureza. A tal ponto, que apesar de uma insatisfação pelo menor uso da diplomacia presidencial por Rousseff, o intercâmbio comercial entre Brasil e África, no geral, e entre Brasil e Angola, especificamente, se manteve. A frustração, então, remete a ausência de uma transformação revolucionária na execução da política externa africanista de um governo no qual havia uma expectativa para costumes além daqueles postos pelo hegemon.

Na terceira, apresento os instrumentos do BNDES para a internacionalização de empresas brasileiras. Ofereço um questionamento acerca dos instrumentos, das regras, das dificuldades, das operações, das garantias exigidas que cercam o financiamento do BNDES e transformam um possível crédito em privilégio acessível apenas a algumas grandes empresas brasileiras, e indiretamente, a determinados governos estrangeiros. Ainda, por meio dos dados do financiamento do BNDES a projetos da Odebrecht em Angola, mostro como a empresa esteve em situação privilegiada no acesso ao crédito. De certo modo, um mecanismo que facilitou transferência do dinheiro público brasileiro para Angola, pois se o responsável pelo pagamento do financiamento é o Estado

estrangeiro, então apesar do benefício do lucro relacionado às obras e ao empréstimo do dinheiro subsidiado ir para Odebrecht, o governo de Angola também recebeu o benefício do auxílio subsidiado, pois tanto Odebrecht, quanto Angola se usasse financiamento ou empréstimo no mercado privado pagariam maiores valores pelo dinheiro.

Nas considerações finais, apresento um apanhado conciso do argumento que defendo em todos os três capítulos anteriores. O método em Franz Fanon me possibilita analisar a política externa brasileira para África como mecanismo de reprodução da opressão dos povos negros brasileiros e angolanos. Quando a elite política ocupa o poder para executar uma política externa que privilegia o acúmulo e a mais valia das grandes empresas brasileiras, no caso Odebrecht, em prol da exploração da natureza angolana, nega-se o avanço no caminho da transformação. O BNDES nesse sentido, serve como mecanismo facilitador da disputa de poder do Brasil no território de Angola. Não é apenas a Odebrecht que está presente em Angola, é o Brasil que usa o território angolano e o modifica conforme o território do dinheiro.

Por fim, ofereço algumas recomendações de como o Brasil poderá executar parcerias com países africanos sem a intermediação de um modelo colonialista. De como uma política externa africanista pode ser construída a partir da libertação de um povo, em contrapartida a apropriação, a exploração, a submissão e a dominação. Nesse sentido, aponto sugestões do uso do financiamento do BNDES como instrumento facilitador de equidade no território do dinheiro produzido entre Brasil e Angola, um novo modelo de regras iniciadas na proposta de transparência de um banco público.

1. Os caminhos para a pesquisa

O objetivo principal deste trabalho busca analisar as relações de poder vinculadas ao racismo estrutural na sociedade como categoria de influência à geopolítica brasileira do financiamento do BNDES para Odebrecht em Angola.

Tem-se como proposição de pesquisa que a política externa africanista brasileira se constitua em uma política indutora e de manutenção de um cenário favorável para que grandes empresas brasileiras explorem a natureza africana. Nesse aspecto, a substituição da elite colonizadora, portuguesa, por elites que negociam com as elites da

colônia, as elites dos países que exploram, as elites brasileiras, constituiria um mecanismo facilitador para que as grandes empresas brasileiras se apropriem do financiamento subsidiado, do dinheiro público, do território do dinheiro.

Sendo assim, essa pesquisa é importante, pois lança um olhar crítico a respeito desse processo de financiamento do BNDES e tenta desmistificar a geopolítica e os atores envolvidos nessa disputa.

A pesquisa foi construída a partir de uma revisão bibliográfica direcionada aos sujeitos da narrativa vivenciada. Nas leituras sobre África, optei por cientistas africanos e africanas. Nas questões de política externa brasileira, segui autores negros e negras brasileiros e brasileiras. Acerca do financiamento do BNDES a empresas brasileiras, mantive a decisão de usar fonte oficial do próprio banco, de modo a evitar desqualificações relacionadas aos dados. O texto está escrito em primeira pessoa como proposta na qual sendo mulher negra sou sujeita do combate ao racismo, enquanto me permito uma formação acadêmica e política. A linguagem utilizada é propositalmente o português coloquial, para que o trabalho na sua essência esteja em diálogo com demais sujeitos de luta, mas que também seja acessado pelas instituições públicas brasileiras, a exemplo do BNDES. Após revisão bibliográfica, foram elaboradas análises que estão explícitas também por meio do uso de mapas ilustrativos que configuram a geopolítica estabelecida pelo financiamento do BNDES. Em função do momento político no Brasil, o uso de entrevista guiada com atores da Odebrecht, Governo angolano, servidores do Itamaraty e do BNDES foi descartada.

2. Geopolítica da política externa africanista

Como essa pesquisa foi inicialmente apresentada sob o mesmo título como dissertação de mestrado defendida no Departamento de Geografia da UnB, cabe expor os resultados encontrados seguidos por novas perspectivas sobre o objeto de pesquisa. No primeiro capítulo, busquei incorporar a perspectiva de Franz Fanon acerca do debate sobre o racismo como uma política estruturante da formação social. Os questionamentos elaborados acerca da descolonização real vislumbrada no ensejo de uma “substituição total, completa e absoluta de uma espécie de homens, por uma outra espécie de homens, sem transição”, similar à uma negociação entre elites dominadoras. Diante das

demandas do povo dominado, ou seja, da “reivindicação mínima do colonizado”. Fanon vai além, sem eximir-se da responsabilidade de apontar recomendações e demarca que “o sucesso seria um panorama social inteiramente modificado por uma transformação, um programa de desordem absoluta, com um conflito de duas forças antagônicas” (FANON, 2005, p. 53). Confronto, nesse sentido, signo da violência da exploração do colono pelo colonizado; na exigência de um questionamento integral da situação colonial. A descolonização ocorre quando a coisa colonizada se torna homem no processo pelo qual se liberta.

[...] o colonizado que decide realizar esse programa, que decide fazer-se o seu motor está preparado desde sempre para a violência. Desde o seu nascimento, está claro para ele que esse mundo encolhido, semeado de interdições, só pode ser questionado pela violência absoluta (FANON, 2005, p. 53).

A violência adentra o cenário da opressão pela reação da vítima, suporta um lugar ímpar onde sobressai como recurso legítimo ao colonizado para promover a busca pela liberdade. O encerramento do sistema colonial consubstanciará por costumes comuns ao colonizador, em meio ao retorno de vias que já lhe foram utilizadas.

O mundo colonial é compartimentado, portanto refletem as fragmentações, as desigualdades. Assim, o mundo contemporâneo é para mim colonizado, pois a colonização está posta como processo. “Hoje com a globalização, pode-se dizer que a totalidade da superfície da Terra é compartimentada, não apenas pela ação direta do homem, mas também pela sua presença política. Nenhuma fração do planeta escapa a essa influência” (SANTOS, 2015, p. 81). Santos percebe o poder político como o causador da perversidade das relações entre os povos, entre as comunidades, entre sociedades. Neste mundo atual, a compartimentação também é a fragmentação, que não deixa de ser o modo de uso deste território. Um território universalmente usado, pois “[t]oda superfície da Terra se tornou ecúmeno” (SANTOS, 2015, p. 81). Para Fanon, a violência é a categoria que estabelece a colonização, ou seja, a exploração do colonizado, portanto, o território usado é o mundo da violência do colonizador. Fanon já observava o que Santos confirmou, que a sociedade capitalista usava a violência legítima como instrumento de dominação. Desse modo, diante da impossibilidade de se manter no poder, a burguesia estabelecia a negociação com a elite colonizada. Afinal, a inveja do colonizado é estar no lugar de poder do colonizador.

Os intermediários do uso da força, como por exemplo, a polícia a mando do colonizador, são donos do monopólio legítimo da força. Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder da elite interpõe-se uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de desorientadores. E assim também o intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência, não disfarça a opressão, tampouco a dominação (FANON, 2005, p. 54).

Em Milton Santos, o território usado foi a categoria inicial de análise. Um território com identidade, sentimento de pertencer, usado por uma dada população. O processo de globalização perversa está liderado pelo dinheiro, “o dinheiro pretende ser a medida do valor que é, desse modo, atribuído ao trabalho e aos resultados” (SANTOS, 1999, p. 8). Santos examinava o dinheiro e o território, aquele “que tudo busca desmanchar”, este “que mostra que há coisas que não se podem desmanchar” neste mundo contemporâneo globalizado (SANTOS, 1999, p. 1). Esse é o território referenciado, que produz o “dinheiro da globalização” (SANTOS, 1999, p. 10). O território do dinheiro, de um dinheiro global, de um dinheiro ideológico, de um dinheiro das empresas, que buscam mais valia e constante concorrência (foto 1).

FOTO 1

Território do dinheiro: Praça de alimentação no Belas Shopping em Luanda, Angola, apresenta a gastronomia brasileira (2010)



Fonte: Fernanda Lira Goes, viagem a Luanda, Angola, 2010.

No segundo capítulo, proponho uma perspectiva concisa da política externa africanista no período de 2003 a 2015, ou seja, até o ano determinado pela disponibilidade de dados do financiamento do BNDES para empresas brasileiras. A política externa é analisada como política pública brasileira e, portanto, também reproduz o racismo estrutural da sociedade. Assim, faço considerações sobre ser negro e negra, uso de modo agregado o conceito daqueles e daquelas que se consideram negros e negras, pessoas de raça, cor, preta e parda, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que como negras e negros assumiram frente ao Estado brasileiro uma identidade afrocentrada. “Aqueles que se autoidentificam, seja por classificação racial, seja por método de identificação qualitativa, independente da identificação biológica (e genética), mas por pertencimento de autoatribuição. Aqueles que por preconceito de marca, são as vítimas do racismo” (OSÓRIO, 2009). Ademais, se o interesse for a compreensão da discussão sobre o pertencimento e a racialidade negra, concorda-se com Fanon (2008, p. 103): “[...] os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência, foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta”. Em Fanon (2008), a negritude é abstrata, enquanto essência, a negritude é real conforme surge diante das relações de poder e de dominação, a negritude está posta pelo colonizador, pelas elites estrangeiras, pelo branco, pelos outros, pelos que impõem à negra o lugar do mal. A negritude é geográfica, está ao sul da Europa, se o branco é do norte, ser negro é ser do sul, pelo menos em essência. Apesar da tentativa de aculturar o negro e a negra, especialmente por meio da doutrina da inferioridade do mestiço, nós negras e negros sabemos muito bem quem somos neste país (IANNI, 1987). Entendo, assim que para o objetivo desta pesquisa, onde pretendo demonstrar que o racismo sobre a formação do território usado no Brasil, e por analogia, o racismo está presente nas relações entre Brasil e África, no corredor, Brasil e Angola, ser negro e negro compreende o corpo e o povo vitimados pelas desigualdades causadas pelas discriminações impostas pelo racismo.

A negritude então se configura nos pormenores da ideia de vida. Nas mínimas sensações de estar vivo. A certeza de que poderá em algum momento ser vítima da violência do racismo, se não individualmente como corpo suspeito, coletivamente como estrutura social. Com base na raça e cor negra, assumo também o genocídio do povo negro neste país como um posicionamento político para além de regras, de leis, de

normas estabelecidas pelo sistema jurídico daqueles e daquelas que dominam a hegemonia dos poderes (FLAUZINA, 2006). Deste modo, trata-se de uma luta pela sobrevivência do povo negro, uma resistência para não ser morto.¹ “O negro que se empenha na conquista da ascensão social paga o preço do massacre mais ou menos dramático da sua identidade” (SOUZA, 1983, p. 18). Por causa desse custo, sim, “o negro acreditou no conto, no mito, e passou a ver-se com os olhos, e falar a linguagem do dominante” (SOUZA, 1983, p. 29). Ainda assim, “castrado em sua iniciativa, tolhido em sua espontaneidade, o negro passou a reagir, ao invés de agir e até mesmo evitar a ação” (SOUZA, 1983, p. 30).

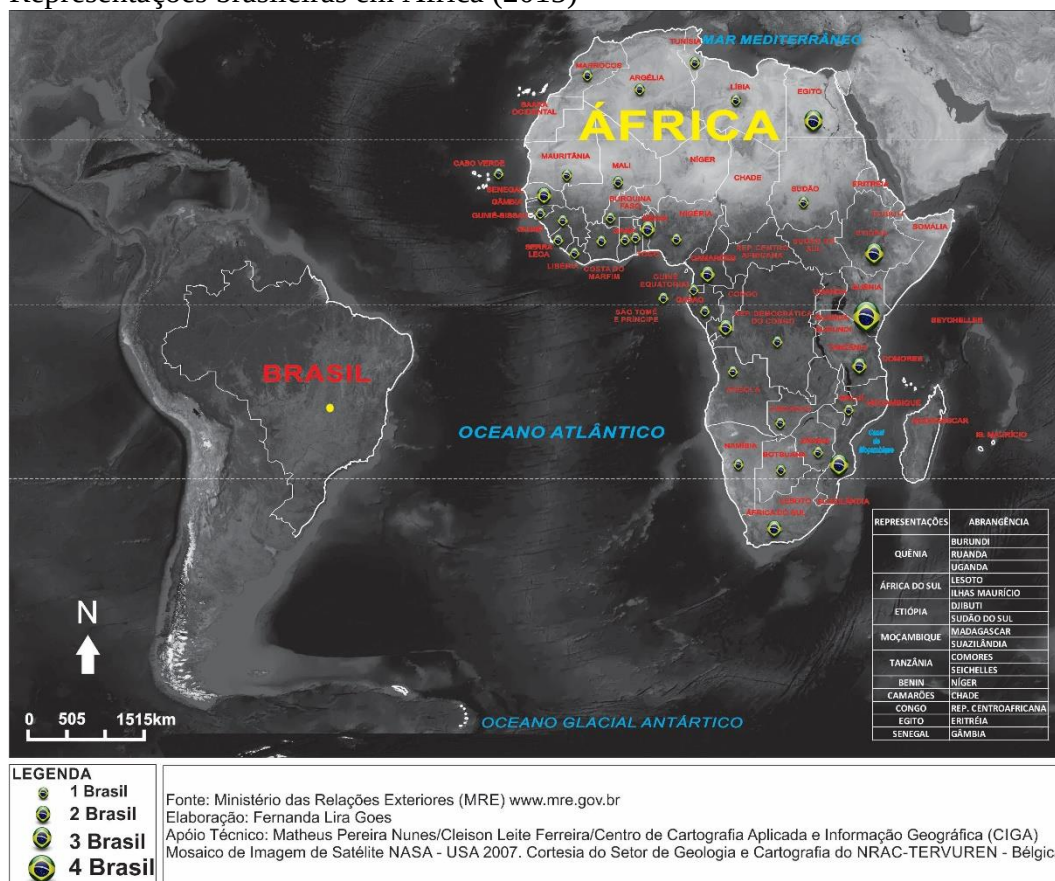
O branqueamento não foi e não é exclusivo ao Brasil ou àquela época. “Já faz algum tempo que certos laboratórios projetam descobrir um soro para desempretec; os laboratórios mais sérios do mundo enxaguaram suas provetas, ajustaram suas balanças e iniciaram pesquisas que permitirão aos coitados dos pretos branquear e, assim, não suportar mais o peso dessa maldição corporal” (FANON, 2008, p. 104-105). As políticas públicas de branqueamento e exclusão do povo negro se sustentam ainda hoje, ao exemplo da política externa africanista dos governos de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff. A política africanista desse período se por um lado se aproxima de África, por outro reproduz os movimentos de exploração do território africano por meio das empresas brasileiras. O discurso de laços culturais pela diáspora africana serviu de base para o uso da diplomacia presidencial. Lula visitou 24 dos 54 países africanos, enquanto Rousseff foi a seis. Chego à conclusão de que a política africanista do período Dilma esteve na inércia do movimento de Lula, pois o comércio entre Brasil e África e com Angola manteve muito próximo dos vultos trocados nos anos anteriores. Com o quadro diplomático ampliado e a carreira fortalecida, o Brasil abriu ou reabriu ao todo 20 representações em África, em que algumas servem às relações brasileiras com mais de um país africano.² No mapa 1 illustrei as representações brasileira em África no qual uma embaixada brasileira assume relações diplomáticas com mais de um país, no limite, quatro Estados (mapa 1). Em reciprocidade, países africanos inauguraram 11 representações no Brasil, entre embaixadas, consulados honorários e consulados-gerais (mapa 2). As representações de países africanos estão concentradas em Brasília, capital

¹ Disponível em: <http://reajanasruas.blogspot.com.br/>. Acesso em: 26 de agosto de 2015.

² Tunísia, Togo, Tanzânia, Sudão do Sul, Sudão, Serra Leoa, São Tomé e Príncipe, Congo, Mauritânia, Mali, Maláui, Líbia, Libéria, Guiné-Equatorial, Etiópia, Djibuti, Comores, Cameroun, Burkina Faso, Benin.

federal, no Rio de Janeiro e em São Paulo, metrópoles com maior presença de sedes de empresas. A cooperação técnica para África foi o instrumento centralizador da reprodução do discurso culturalista imposto pelo Brasil para explorar Angola.

MAPA 1
Representações brasileiras em África (2015)



MAPA 2
Representações africanas no Brasil (2015)



3. A cor do banco e a cor do dinheiro

No terceiro capítulo, apresento o processo histórico da internacionalização da Norberto Odebrecht Construtora Ltda., que inicia suas atividades sob o comando do líder de mesmo nome em 1945, na cidade de Salvador, como uma tentativa de fazer frente às dificuldades impostas à construção pela Segunda Guerra Mundial. Desde o princípio, a empresa estava disposta a dividir os ganhos com os mestres de obra, a quem designava responsabilidades sob suas construções. De acordo com Ivo de Santana (SANTANA, 2004, p. 104-149), as fases como empresa local (1945-1954), regional (1955-1969) e nacional (1970-1979) são basilares para o momento posterior dos anos 1980 em diante, como multinacional, empresa internacional, a exemplo da presença em Angola com a construção do Complexo Hidrelétrico de Capanda.

Faço uma análise concisa sobre o processo de lutas de libertação angolana com base na referência a Fanon diante da substituição de elites, portanto a manutenção da colonização como processo. Neste sentido, caracterizo a presença brasileira em Angola como uma ação colonialista, com interesse escuso da exploração da natureza angolana em seus três aspectos estratégicos ao Brasil: indústria da reconstrução, petróleo e gás, e minérios.

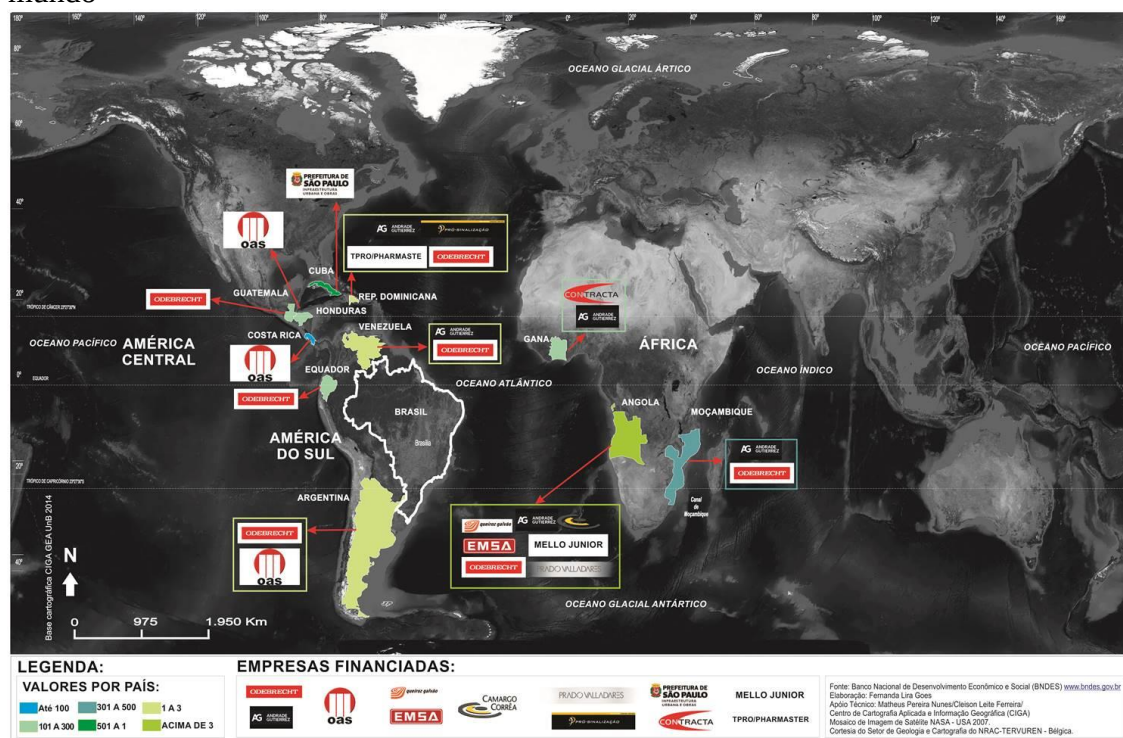
No primeiro aspecto, a Odebrecht centraliza as ações conjuntamente as outras empresas brasileiras na realização de obras e serviços. No mapa 3, há a ilustração de empresas brasileiras que foram financiadas pelo BNDES para atuar em obras e serviços de construção (mapa 3). As empresas não estão apenas nos países de maior aproximação diplomática e política do Brasil, como os membros da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP). A principal característica comum da presença dessas empresas nos países africanos é a condicionalidade do potencial de natureza a ser explorada e simultaneamente a participação na reconstrução de países que passaram por período de conflitos, a exemplo de guerra civil. O que se percebe é que a junção desses fatores implica em mais empresas brasileiras no mesmo país. O norte está ausente das empresas neste modelo financiado pelo BNDES, em contrapartida, as empresas brasileiras que receberam crédito para atividades estão concentradas na América Central, América do Sul e África, o cenário da cooperação Sul-Sul. Odebrecht e Andrade Gutierrez concentraram a participação no financiamento do BNDES.

No período total disponibilizado pelos dados de 2003 a 2015, dos 575 subcréditos do BNDES Exim Pró-embarque, do ramo ou gênero de atividade de obras e

engenharia, serviços e construção, 91 estão direcionados a África, para Angola, Gana e Moçambique. Cabe apontar a ausência de dados dos subcréditos do BNDES para determinados anos. Os dados disponíveis não estão completos em todos os anos, tampouco para todas as empresas. Para Angola, por exemplo, o valor total de financiamento é referente ao período de 2007 a 2015, com exceção do ano de 2010. Não há dados disponíveis de financiamento do BNDES a Odebrecht para Angola no período de 2003 a 2006.

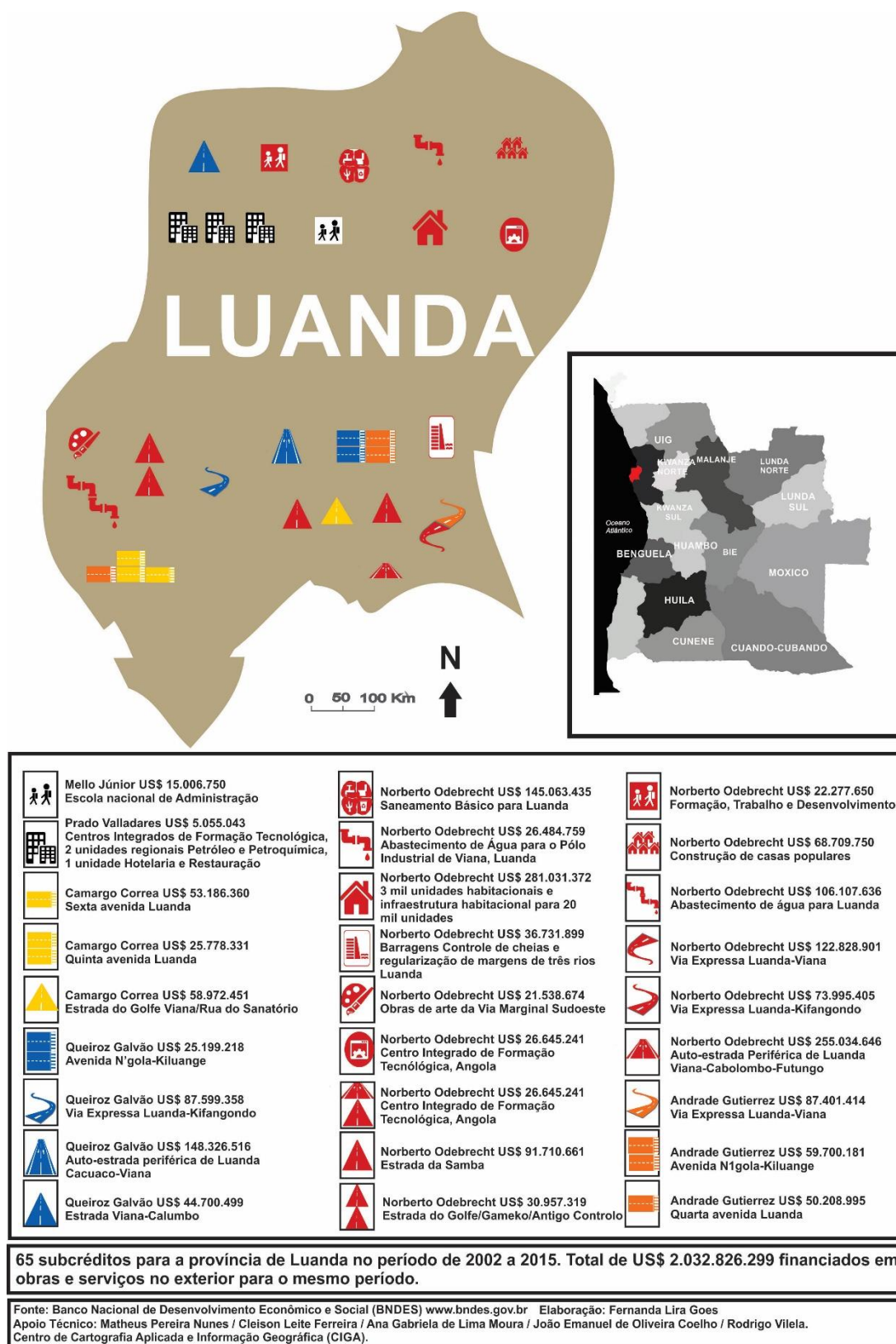
MAPA 3

Empresas brasileiras clientes do financiamento do BNDES para internacionalização no mundo



MAPA 4

Obras e serviços financiados pelo BNDES em Angola

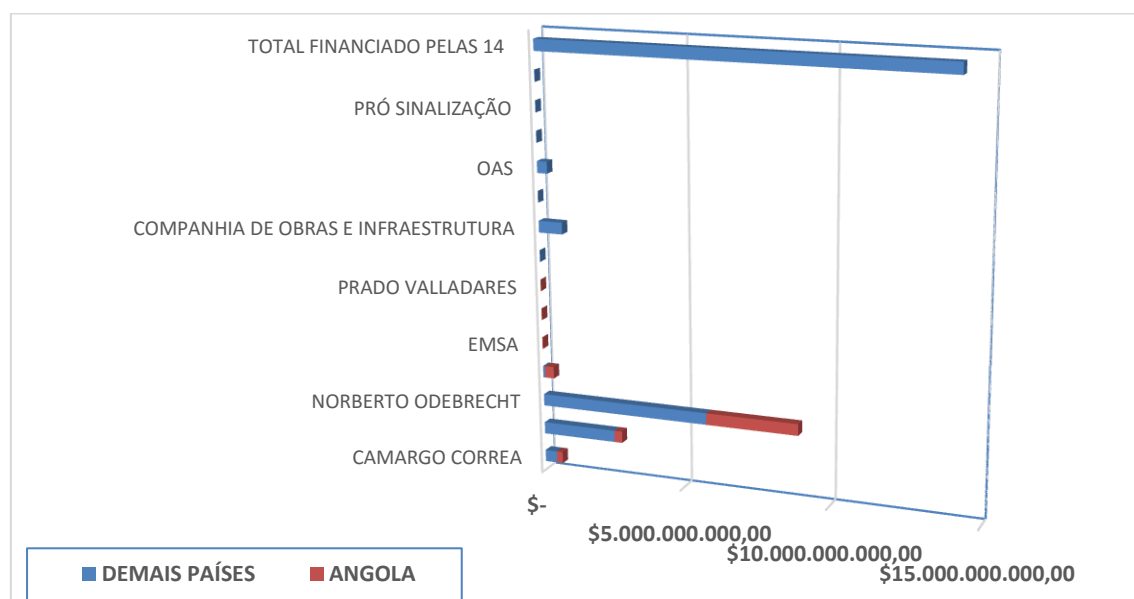


O financiamento do BNDES está concentrado na Odebrecht, que recebe 79% do valor dos subcréditos para obras e serviços de construção executados por empresas brasileiras em Angola, entre 2003 e 2015, conforme o gráfico 1. Cada subcrédito representa uma parcela do pagamento do contrato de determinada obra ou serviço. O total de subcréditos daquela execução é o valor final da atividade operacionalizada pela empreiteira. Do total de aproximadamente 14 bilhões financiados pelo BNDES a obras e serviços de empresas brasileiras no exterior, a Odebrecht foi receptora em quase US\$ 9 bilhões. Do total de quase US\$ 9 bilhões, Angola centralizou US\$ 3.15 bilhões, de acordo com a tabela 1.

Diante da atuação internacional da Odebrecht, África tornou-se um território relevante, especialmente nos anos 2000. Angola, então, é a porta de entrada para a Odebrecht naquele continente. Com a aproximação do Brasil com Angola, em junho de 2010, os presidentes das duas Repúblicas assinaram uma Declaração conjunta sobre o estabelecimento de Parceria Estratégica. A Declaração sobre a Cooperação econômica, financeira, comercial e de desenvolvimento, determina o desenvolvimento do comércio recíproco e demais questões atreladas a esta aproximação. Um dos aspectos deste trabalho é analisar a parceria hegemônica das elites brasileiras e angolanas na disputa de poder pelo acesso ao financiamento subsidiado do BNDES como instrumento facilitador dos objetivos da Declaração estratégica. Nesse sentido, o ano de 2010 é promissor, pois foi nesse ano que houve o maior desembolso do BNDES. Entretanto, apesar de ter sido o ano da assinatura da Parceria Estratégica, não há disponibilidade sobre os dados do financiamento do BNDES para Angola. A dúvida que se quer calar é se realmente não houve qualquer financiamento do BNDES para Angola em 2010, ou se há algum impedimento à transparência dos dados.

GRÁFICO 1

Financiamento ao exportador brasileiro para Angola e demais países (2003-2015)



Fonte: BNDES. Acesso em: 10/03/2016. Disponível em: www.bndes.gov.br.
Elaboração: Fernanda Lira Goes.

TABELA 1

Valor total dos subcréditos do BNDES a Odebrecht (2003-2015)

PAÍS	TOTAL
ANGOLA	\$ 3.144.839.908,00
ARGENTINA	\$ 1.809.428.529,00
EQUADOR	\$ 227.197.110,00
GUATEMALA	\$ 280.000.000,00
MOÇAMBIQUE	\$ 125.000.000,00
REPÚBLICA DOMINICANA	\$ 1.999.626.703,00
VENEZUELA	\$ 1.359.392.485,00
TOTAL	\$ 8.945.484.735,00

Fonte: BNDES. Acesso em: 25/11/2015. Disponível em: www.bndes.gov.br.
Elaboração: Fernanda Lira Goes. Mestrado em Geografia, Brasília, UnB, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, aponto que a política externa africanista é um mecanismo de exploração da natureza africana nos mesmos moldes da colonização dos países do Norte para África, posto que a colonização como processo explorador não está superada. A existência da negociação entre a elite branca brasileira com a elite angolana para benefícios ímpares é o exemplo que assegura esta perspectiva. Enquanto a elite brasileira reproduz o modelo de exploração e colonização da elite branca dos países do Norte. Assim, a geopolítica brasileira é racista. O financiamento do BNDES para Odebrecht em Angola é o fato da concentração do dinheiro negro brasileiro em mãos do poder do banco branco. A meu ver, algumas recomendações merecem reflexão: o diálogo com as vozes negras no Brasil e em África para a construção da geopolítica brasileira; a ampliação do acesso do financiamento do BNDES para pequenas e médias empresas, inclusive para outras formas de trocas como cooperativas e associações e, em contrapartida a restrição do financiamento as grandes empresas capazes de acessar o crédito em bancos privados e no mercado externo.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luís Felipe. **O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo do. **ÁFRICABRASIL: Atlas geográfico**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria Ltda., 2014.

BNDES - Banco Nacional De Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: www.bndes.gov.br.

BNDES já empresta três vezes mais que o Banco Mundial. Estado de São Paulo, 10 de março de 2011. Acesso em: 07/02/2012. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-estado-de-sao-paulo/2011/03/10/bndes-ja-empresta-tres-vezes-mais-que-o-banco>

BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, Lei de Terras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 26 de agosto de 2015.

CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2 ed. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

COELHO, Filipe. **Sistemas financeiros e desenvolvimento econômico. Angola no contexto africano**. Coleção Vegas Universidade/Ciências Sociais e Políticas.

COELHO, Pedro Motta Pinto. SARAIVA, José Flávio Sombra Saraiva. **Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2004.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **O pensamento africano Sul-Saariano. Conexões e paralelos com o pensamento latino-americano e o asiático (Um esquema)**. Rio de Janeiro: Clacso; Educam, 2008.

FANON, Franz. **A experiência vivida do negro**. In: Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Edufba, 2008.

_____. Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. Tese (Doutorado) – Brasília, UnB, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2005.

GOES, Fernanda Lira. **A reconstrução da política africana brasileira**. Brasília: UnB, 2006.

GRIMM, Flávia Christina Andrade. **Trajetória epistemológica de Milton Santos: uma leitura a partir da centralidade da técnica dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis**. Tese (doutorado) – São Paulo, USP, 2011.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização. Etc., espaço, tempo e crítica**. Revista de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas, n. 2 (4), vol. 1. Agosto, 2007. Disponível em: www.uff.br/etc.

HARVEY, David. **O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento**. São Paulo: Neils, vol. 13/14, dez. 2005.

_____. **A geopolítica do capitalismo**. In: A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. Brasília: Ipea: ABC, 2010.

_____. Banco Mundial. **Ponte sobre o Atlântico. Brasil e África subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento**. Brasília: Ipea, 2012.

_____. Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. 2. ed. rev. Brasília: Ipea: ABC, 2013.

LIMA, Rodolfo de Camargo. **Burocratas, Burocracia e Política: O Ministério das Relações Exteriores, um perfil**. Dissertação (Mestrado) – São Paulo, USP, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEREDITH, Martin. **The Fate of Africa. A History of Fifty Years of Independence**. Public Affairs: United States, 2005.

MRE, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em: www.mre.gov.br.

_____. **Síntese da Política Externa do Brasil no período de 2003 a 2010**. Disponível em: www.mre.gov.br. Acesso em: 15 de abril de 2011.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Reflexos da África: ideias e representações sobre os africanos no imaginário ocidental, estudos no Brasil e Portugal**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE**. Texto para Discussão n. 996. Brasília: IPEA, 2003.

_____. Rafael Guerreiro. **A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006**. Tese (doutorado) – UnB, 2009.

PARADA, Maurício. MEIHY, Murilo Sebe Bon. MATTOS, Pablo de Oliveira de. **História da África Contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2013.

PENHA, Eli Alves. **Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Teorizações Orgânicas: “Saltos para a Luz” na conjuntura da luta contra o racismo no Brasil**. In.: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (orgs.). Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **O poder**. In.: Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTANA, Ivo de. **A experiência empresarial brasileira (1970-1990)**. Salvador: Ponto e vírgula publicações, 2004.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e território**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

_____. Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

_____. **África parceria do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SILVA, Luiz Inácio da. Prefácio. In.: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação. Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009. Brasília: Ipea: ABC, 2010.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Síntese da Coleção História Geral da África: século XVI ao século XX**. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

STEINBERGER, Marília. **A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território. In.: Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

STIGLITZ, Joseph. **Globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2003.

THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil. 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.